

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

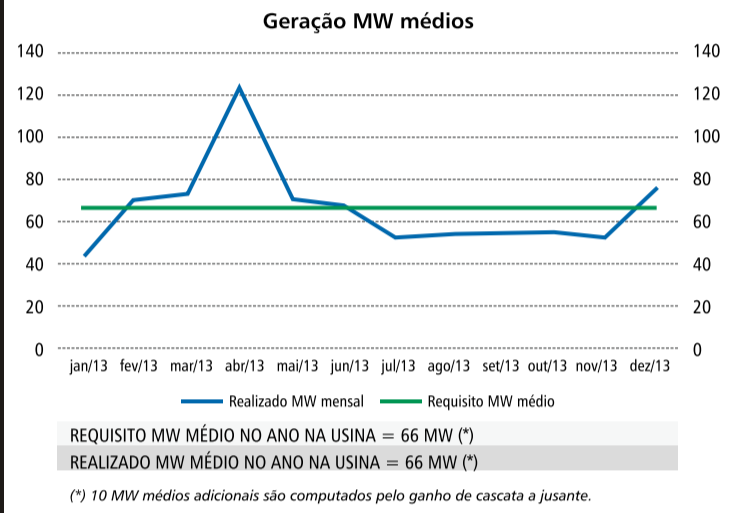
Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Considerações gerais:
Em 2013 a Companhia consolida patamares de resultado líquido e operacional já bastante positivos, reflexo do amadurecimento do Negócio e também da gestão da Administração da Companhia. Não obstante em 2013 o Setor Elétrico como um todo ter passado por turbulências financeiras e operacionais (reflexos da MP 579 para algumas empresas, efeitos da Resolução CNPE 03 para empresas que não conseguiram proteção de liminares, despacho acentuado das usinas térmicas e liquidações no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE negativos em janeiro/fevereiro de 2013) a Companhia conseguiu superar esses percalços, gerar energia de acordo com seus requisitos e ainda obteve importantes sucessos em projetos operacionais, legais e regulatórios, como serão explicitados nos destaques adiante.

Com lucro líquido em 2013 de cerca de R\$ 41.975, o ROE (retorno sobre o "equity") se situa em cerca de 18% e, com o EBITDA realizado de R\$ 124.737 observamos uma relação EBITDA/Receita Bruta consolidando patamares de 75%, acima da média do setor. Propõe-se também, após as reservas legais e contábeis devidas, nova distribuição de dividendos de acordo com o Estatuto da Companhia. Além dos ganhos operacionais registra-se ainda redução das despesas financeiras incorridas em 2013 quando comparadas com 2012, fruto principalmente da estratégia de realocação financeira efetuada em novembro de 2012 com a substituição do passivo financeiro representado pelos valores investidos pelo FIP Corumbá pela emissão de debêntures (código "CRUM11"), não convertíveis em ações, com custos efetivos menores.

Destaques em 2013:
No que tange ao desempenho operacional da Companhia, registramos nos meses de janeiro e fevereiro de 2013 liquidações financeiras no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE fortemente negativos em mais de R\$ 12.197, o que afetou logo no início do ano o desempenho operacional da Companhia. Tal efeito negativo contudo não foi típico nem exclusivo, isto é, foi fruto de um conjunto de fatores regulatórios e operacionais do sistema como um todo bastante específicos e atípicos do setor elétrico nesse período por conta de despacho térmico na sua plenitude, que afetou a todos os geradores hidráulicos, onde, pela baixa sistêmica do nível pluviométrico aliada a algumas mudanças no calendário de sazonalização da energia assegurada permitido pela ANEEL, fora da regra normal, gerou efeitos negativos nessa conta de uma forma global nesse período.

Apesar da geração hidráulica Nacional em 2013 ter ficado abaixo de seus valores esperados, a Companhia isoladamente logrou êxito em sua geração, ou seja, gerou fisicamente MW médios suficientes para atingir ao seu requisito energético previsto no seu contrato de Concessão bem como no contrato de compra e venda de energia, tendo até mesmo vertido por vários dias. Vide gráfico que segue.



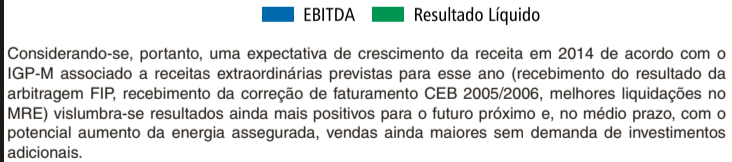
A Companhia, seguindo programações operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no ano de 2013, gerou cerca de 577.273 MWh e, por alguns períodos, dispensou água pelo vertedouro. Ainda no quesito desempenho operacional, destacamos com alegria o êxito regulatório (vis a vis a ANEEL) da Companhia na demanda de correção de erro de faturamento realizado a preços menores que o previsto no Contrato de Compra e Venda de Energia da Companhia com a CEB Distribuição S.A., no período de setembro de 2005 a abril de 2006, por conta da equivocada aplicação da Resolução ANEEL nº 165/2005 ao faturamento da Companhia naquele período, época essa que fora efetivamente entregue energia para a CEB Distribuição S.A. para atender ao Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com esta última, sem a Companhia estar operando.

Após vários anos de trabalho, na 35ª reunião de Diretoria da ANEEL de setembro de 2013 e na 48ª reunião de Diretoria da ANEEL em dezembro desse ano, foi então determinada que a Companhia procedesse com a retrocitada correção desse faturamento a menor, aplicando-se os preços previstos no contrato, indexados pelo IGP-M. Tal ajuste no faturamento representa uma receita bruta adicional de cerca de R\$ 42.351 a preços de dezembro de 2013. Ainda como resultado das citadas decisões da ANEEL, a CEB Distribuição S.A. negociou o diferimento do pagamento desse valor para a Companhia de forma a conciliar com as datas de recebimento dos mesmos na tarifa da distribuidora em 2014 e 2015.

No campo legal, destacamos que na data de 11.09.2013, a Companhia obteve sentença favorável no procedimento arbitral nº 37/2012, que tramitou no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá, onde a Companhia litigou com o BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BRB-DTVM) e Fundo de Investimentos em Participações BRB - Corumbá (FIP). A sentença arbitral foi proferida pelo Árbitro Único, Dr. Eduardo Damiano Gonçalves, que condenou o BRB/FIP ao pagamento do valor correspondente à diferença proporcional do prêmio Seguro-Garantia tomado pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.4.2 do contrato de opção de compra e venda de ações ("call"), o qual montava em junho de 2012, a importância de R\$ 4.858, sendo que, atualizados até dezembro de 2013 montam cerca de R\$ 6.602 a serem recebidos em 2014.

A Companhia, protegida pela liminar proferida em ação de obrigação de não fazer, patrocinada pela Associação dos Produtores Independentes de Energia (APINE) em oposição à Resolução CNPE nº 03, evitou o rateio do custo adicional do acionamento das geradoras térmicas ao longo de 2013, como era previsto na citada Resolução. Tal Resolução pretendia ratear entre todos os agentes do setor elétrico o sobrecusto associado ao acionamento das geradoras térmicas (gás, óleo, biomassa, etc.) até a data de agosto de 2013, data esta em que a nova metodologia de formação de preços de energia entrou em vigor.

A administração da Companhia acredita na então consolidação dos resultados econômicos e financeiros positivos, acredita ainda nos projetos futuros que adicionarão valor à empresa, bem como na capacidade da mesma de gerar retorno para os seus acionistas de forma cada vez mais efetiva. Como observa-se no gráfico que segue, a tendência de melhora do Resultado Líquido e também do Resultado Operacional vem se confirmando nos últimos exercícios e apresenta, em 2013, um incremento ainda mais acentuado.



Considerando-se, portanto, uma expectativa de crescimento da receita em 2014 de acordo com o IGP-M associado a receitas extraordinárias previstas para esse ano (recebimento do resultado da arbitragem FIP, recebimento da correção de faturamento CEB 2005/2006, melhores liquidações no MRE) vislumbramos resultados ainda mais positivos para o futuro próximo e, no médio prazo, com o potencial aumento da energia assegurada, vendas ainda maiores sem demanda de investimentos adicionais.

Ainda destacamos em 2013 os seguintes pontos:
 . Disponibilidade da Usina e Geração física de energia elétrica dentro dos patamares de volume e qualidade requeridos pelos órgãos fiscalizadores e os clientes.
 . Ênfase no atendimento às condicionantes ambientais (vide capítulo "meio ambiente"), com forte ação em projetos de atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA de sócio-economia.
 . Implantação de "workflow" informatizado de compras e contratos de forma a tornar mais rápido, transparente e seguro os processos de contratação e compras.
 . Investimento continuado no treinamento de pessoal técnico operacional da Usina, bem como reforço no treinamento do pessoal próprio do escritório da Corumbá.
 . Aprovação pelo Conselho de Administração do Plano de Negócios plurianual da Companhia, de forma a nortear as ações e projetos dirigidos pela Diretoria bem como dar visibilidade de médio prazo para os acionistas.
 . Sucesso em vários litígios judiciais nas áreas fundiárias e civil (Ação civil pública).
 . Melhorias na Gestão administrativa/financeira: Início do projeto de implantação do custeio por Atividade via Sistema ERP.
 . Renovação do Seguro Operacional e Civil com prêmio menor que os anos anteriores.
 . Premiação recebida por Projeto de P&D "Uso Múltiplo de Reservatório" na categoria "O Impacto Ambiental das Grandes Barragens".

No tocante à geração operacional registra-se taxa média de disponibilidade da Usina em torno de 94,14% no ano de 2013.
 Em setembro de 2012 foi editada a MP 579 que, com vistas à redução dos custos de energia elétrica no Brasil ao longo de 2013, tratou-se da possibilidade de renovação antecipada das concessões de geração, transmissão e distribuição a vencer entre 2015 e 2017, além disso, para esse fim, dispõe sobre a redução de encargos setoriais. São alcançadas por essa MP aquelas concessões outorgadas antes da publicação da lei nº 8.987 de 1995 e não licitadas, fato este que não alcança a Companhia, mesmo porque o primeiro prazo de concessão da Companhia finda somente em 2035. Não obstante essa mudança regulatória não alcançar a Companhia neste momento, a Administração procedeu a uma análise do valor presente do fluxo de caixa projetado gerados pelos ativos da Companhia até 2035, chegando a valores consistentes com aqueles contabilizados como imobilizado.

Convergência às normas internacionais de Contabilidade - Testes de "impairment":
 Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado. Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de "impairment") a Administração ressalta no caso prático:

- A - Principais Indicadores Externos de "impairment":
 (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
 (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.
 (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores, o que não se aplica no setor de energia elétrica;
 (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

- B - Principais Indicadores Internos de "impairment":
 (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
 (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
 (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- . Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências civis e/ou trabalhistas;
- . Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento "workflow" informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.

- . Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- . Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- . Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área sócio-ambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).
- . Comitê para convergência ao IFRS: Reuniões mensais com a área contábil com finalidade de análise e discussão da convergência contábil para os critérios internacionais.

A título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2013, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações as provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22. **Meio Ambiente**
 Visando atender às condicionantes da Licença de Operação (LO) nº 514/2005, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia desenvolve ações de caráter social e ambiental, buscando a sustentabilidade econômica para o reservatório e seu entorno. As ações desenvolvidas nos Programas Básicos Ambientais (PBAs) são implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente. Para mitigar e controlar os impactos causados pelo reservatório da Usina, tais ações estão agrupadas no Meio Socioeconômico, Meio Físico e Meio Biótico e foram desenvolvidas ao longo de 2013, conforme quadro abaixo:

MEIO SOCIOECONÔMICO	
PBA COMUNICAÇÃO SOCIAL	
PROGRAMAS DE RÁDIO INFORMATIVOS DE TEOR JORNALÍSTICO	Veiculado todas as 3ª e 6ª Feiras, totalizando 93 programas. 4 edições com tiragem de 5.000 exemplares cada
MATÉRIAS SMS	53 matérias divulgadas em meios de comunicação 101 textos de SMS enviados para 986 números de celulares cadastrados
PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
OFICINAS COM:	
OFICINAS PARA AS COMUNIDADES	7 Oficinas (1 Abadiânia, 1 Alexânia, 2 Santo Antônio do Descoberto, 1 Luziânia, 2 Silvânia)
OFICINAS PARA FISCAIS	1 na UHE Corumbá IV
OFICINAS PARA ALUNOS - AGENDA 21	189 Oficinas (50 Luziânia, 40 Santo Antônio do Descoberto, 28 Alexânia, 28 Abadiânia, 22 Novo Gama e 21 Silvânia)
OFICINAS PROFESSORES - AGENDA 21	9 Oficinas (2 Luziânia, 2 Santo Antônio do Descoberto, 2 Alexânia, 1 Abadiânia, 1 Novo Gama e 1 Silvânia).
CAPACITAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS	02 em Brasília
EXCURSÕES TÉCNICAS	3 sendo: 1 Alexânia, 1 Luziânia, 1 Corumbá de Goiás
REUNIÕES NAS COMUNIDADES	21 sendo: 5 Alexânia, 5 Alexânia, 6 Silvânia, 5 Santo Antônio do Descoberto
EVENTOS DE INTERFACE	7 sendo: 4 Alexânia, 2 Abadiânia, 1 Santo Antônio do Descoberto
PARADA ECOLÓGICA	14 sendo: 3 Luziânia, 1 Alexânia, 4 Abadiânia, 2 Santo Antônio do Descoberto, 1 Novo Gama e 3 Silvânia
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	Visitas em 398 residências, sendo: 42 Luziânia, 184 Santo Antônio do Descoberto, 51 Abadiânia, 121 Silvânia
PBA SEGURANÇA E ALERTA	
VISITAS DE MONITORAMENTO DA AGENDA 21 ESCOLAR DOAÇÕES	17 sendo: 4 Luziânia, 3 Santo Antônio do Descoberto, 4 Alexânia, 2 Abadiânia, 2 Novo Gama e 2 Silvânia 2.100 Kits escolares contendo (mochila ecológica, cartilha da Agenda 21, cartilha de resíduos sólidos, caneta e bôton) e 1.000 kits Parada Ecológica contendo (liocar, saco oxibiodegradável, cartilha de resíduos sólidos e Cartilha do PACUERA).
TOTAL DE 39 HORAS DE CURSOS	16 h - Curso de Reciclagem de Brigada de Incêndio 16 h - Curso de Reciclagem de NR-10 4 h - Direção Defensiva 1 h - Alimentação 1 h - Alcool e Drogas 1 h - Saúde do Homem
PBA REALOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	
ÁGUA ENERGIA ELÉTRICA MALHA VIÁRIA	Não houve perfurações de poços no período de 2013 Total de 1.918 metros lineares em 6 glebas Recuperação de trecho de estrada em Santo Antônio do Descoberto-GO: 3800m² de escavação; 48m de retirada de manilha; 30m de assentamento de manilha; 450m² de dissipador; 450m² de recomposição de talude; 1200m² recomposição de pavimento c/ cascalho. Total de 527,38m² de desconstrução realizada em 02 glebas, retirada de 163m de cerca e 130m de escombros, no município de Santo Antônio do Descoberto.
DESCONSTRUÇÃO	

ALTERNATIVA PRODUTIVA	
VIVEIROS-ESCOLA	Foram construídos 3 viveiros, sendo 1 no município de Santo Antônio do Descoberto, 1 em Silvânia e 1 em Corumbá de Goiás. 145 pessoas foram beneficiadas com o projeto.
PACUERA	
PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO	O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA) é previsto pela Resolução Conama, número 302, de 2002, tem por finalidade normalizar o uso do entorno do reservatório, visando a preservação ambiental e a sustentabilidade de projetos que possam ser implementados. Este documento é uma complementação dos planos diretores municipais. O Pacuera da UHE Corumbá IV, aprovado em 2012 pelo órgão licenciador do empreendimento, está disponibilizado nas prefeituras municipais do entorno do reservatório, nos órgãos públicos e no site da Corumbá, para consultas conforme edital divulgado pelo IBAMA no diário oficial. No ano de 2013 foi amplamente divulgado dentro dos PBAS de Comunicação Social e de Educação Ambiental. Em 2013 foram 8.899 trabalhos inscritos no Programa, envolvendo mais de 650 mil alunos de escolas de 198 cidades goianas. Estudantes, professores e escolas de Alexânia, Silvânia, e Luziânia foram premiados. Entre as finalistas estava uma professora de Alexânia, na categoria de melhor projeto dentro do tema Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente.
AGRINHO	1 casa construída em Santo Antônio do Descoberto
CONSTRUÇÃO DE CASAS	PROJETOS SOCIAIS: ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
RECONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INTERESSE SOCIAL DOAÇÕES	1 Unidade Básica de Saúde (UBS) da Comunidade de Santa Rosa, em Santo Antônio do Descoberto-GO Placas de Identificação Camisetas Folders Caixas d'água e materiais para a construção Brinquedos Assinatura Mensal da Revista Escola Atendimento oftalmológico para 1726 pessoas. Fornecimento de 729 óculos de grau para a população dos municípios de: Alexânia, Corumbá de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia. Cavalhadas de Corumbá de Goiás Coral Vozes de Corumbá de Goiás Finalização dos 4 anos de projeto. Durante 4 dias de atividades em campo, palestras foram ministradas pelos próprios participantes que contaram histórias de sucesso sobre o Projeto Balde Cheio. O Projeto envolveu ao todo cerca de 150 produtores (em suas diferentes etapas e capacitações), que aprenderam técnicas de formação de piquetes rotacionados e de ensilagem para alimentação do gado, de inseminação artificial, de manejo de crias e recrias providas da inseminação. Os produtores participantes aumentaram a produtividade do leite de 300% a 500% e passaram a fazer parte do mercado leiteiro. Aumentaram a renda e melhoraram sua qualidade de vida.
PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO A FISCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO UHE CORUMBÁ IV	
MONITORAMENTO BASEADO NAS SEGUINTE CATEGORIAS:	
Abertura e reabertura de estradas	32 ocorrências
Construção de casa	10 ocorrências
Desmatamento	4 ocorrências
Instalação de rede elétrica	2 ocorrências
Construção de fossa	4 ocorrências
Estacionamento	1 ocorrência
Roçagem	8 ocorrências
Platôres	10 ocorrências
Construção de Cerca	9 ocorrências
Gradação	3 ocorrências
Concretagem de acesso	2 ocorrências
Lote	9 ocorrências
Muro de arrimo	1 ocorrência
Área para churrasco	1 ocorrência
Playground	1 ocorrência
Retirada de água	45 ocorrências
Rampa de acesso ao reservatório	Sem ocorrências em 2013
Plantação ou jardinagem exótica	Sem ocorrências em 2013
Perfuração de cisterna ou poço artesiano	Sem registros em 2013
MEIO FÍSICO	
PBA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA	
	Campanhas trimestrais em: 13 pontos do Rio 08 pontos do Reservatório 01 ponto Lançamento da ETE Santo Antônio do Descoberto
PBA CONTROLE DE FOCOS EROSIVOS DAS ENCOSTAS MARGINAIS	
	Focos Erosivos: 17 estão controlados; 44 estão recuperados; 03 de vulnerabilidade baixa 01 de vulnerabilidade alta 05 à jusante da barragem
PBA CLIMATOLOGIA	
	Sem registros de alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV
PBA ÁGUA SUBTERRÂNEA	
Rede de monitoramento compostas por 10 piezômetros	Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV aumentou com o enchimento do reservatório e apresenta tendência à estabilização de seu nível.
PBA SIMOLÓGICO	
	Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV
PBA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE MACROFITAS - UNIDADE DE COMPOSTAGEM DE AGUAPE - UCA	
	Produção de 16.000 kg de composto de macrofitas
PBA SEDIMENTOLÓGICO	
Rede monitoramento, composta por 6 estações hidrométricas. Monitoramento da entrada e saída de sedimentos do reservatório da UHE Corumbá IV.	
MEIO BIÓTICO	
PBA REVEGETAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA UHE CORUMBÁ IV	
	Não houve intervenção no período de 2013 devido à presença de gado na APP. Levantamento de proprietários lindeiros ao reservatório, interessados em firmar parceria para a revegetação.
PBA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA	
	Não houve intervenções na área do PRAD em 2013.
PBA DA FAUNA SILVESTRE	
	Concluído
PBA DA ICTIOFAUNA	
	Concluído
PBA CONTROLE DE VETORES	
	Ações realizadas em Alexânia e Corumbá de Goiás, com doação de materiais de insumo, folders educativos e combustível. Levantamento de vetores no município de Santo Antônio do Descoberto, no entorno de áreas com e sem macrofitas.

Mais uma vez, agradecemos e ressaltamos o empenho de nossos Colaboradores, Parceiros e principalmente os Acionistas que, no ano de 2013, acreditaram e contribuíram para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro e socioambiental da Companhia.

Brasília, Março de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO		
Em milhares de reais		
Ativo	2013	2012
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	16.045	12.895
Contas a receber (Nota 4)	53.567	10.380
Adiantamentos	4.592	5.516
Tributos a recuperar (Nota 5 (a))	1.742	752
Despesas antecipadas	126	146
Outros ativos (Nota 6)	1.808	3.662
	77.880	33.351
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos diferidos (Nota 5 (a))	58	50
Depósitos judiciais (Nota 17 (a))	19	25
	77	75
Imobilizado (Nota 7)	627.704	635.197
Intangível (Nota 8)	8.508	8.904
Diferido (Nota 9)	7.264	10.896
	643.553	655.072
Total do ativo	721.433	688.423
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 10)	5.443	3.777
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	37.710	37.056
Debêntures (Nota 12)	8.872	1.951
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (Nota 24)	1.384	2.741
Obrigações trabalhistas e sociais	467	402
Obrigações tributárias (5 (c))	1.799	2.326
Dividendos propostos (Nota 14 (c))	3.987	493
Compromisso com outorga - Uso do bem público (Nota 15)	1.193	1.117
Outros passivos	485	274
	61.340	50.137
Não circulante		
Fornecedores (Nota 10)	2.284	
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	113.578	148.490
Debêntures (Nota 12)	197.573	197.158
Provisão para causas judiciais (Nota 17 (b))	172	49
Compromisso com outorga - Uso do bem público (Nota 15)	25.258	24.762
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (Nota 24)	860	749
Obrigações tributárias	16.577	1.275
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11 (i))	41.427	41.427
	397.729	413.910
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social (a)	235.259	235.259
Ajuste de avaliação patrimonial (d)	(16.292)	(16.292)
Reservas de lucros (c)	43.397	5.409
	262.364	224.376
Total do passivo e do patrimônio líquido	721.433	688.423

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	2013	2012	
Operações continuadas			
Receita líquida (Nota 18)	159.321	140.897	
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 19)	(47.062)	(63.047)	
Lucro bruto	112.259	77.850	
Resultado operacional			
Despesas administrativas (nota 20)	(6.368)	(5.723)	
Outras receitas administrativas		22	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	105.891	72.149	
Resultado financeiro (Nota 21)	(42.454)	(51.897)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.437	20.252	
Imposto de renda e contribuição social - corrente (Nota 5 (b))	(7.596)	(15.054)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido (Nota 5 (b))	(13.866)	(4)	
Lucro líquido do exercício	41.975	5.194	
Quantidade de ações ao final do exercício - Em milhares	566.248	566.248	
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Em reais	74,13	9,18	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Capital social	Recompra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucro/Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2010	375.453	(76.000)		708	(74.488)		225.673
Prejuízo do exercício					(5.998)		(5.998)
Em 31 de dezembro de 2011	375.453	(76.000)		708	(80.486)		219.675
Absorção do prejuízo	(80.486)				80.486		
Recompra de ações	(59.708)	76.000	(16.292)				
Lucro do exercício					5.194		5.194
Constituição de Reservas				259	4.442	(4.701)	
Dividendos propostos					(493)		(493)
Em 31 de dezembro de 2012	235.259		(16.292)	967	4.442		224.376
Lucro do exercício					41.975		41.975
Constituição de Reservas				2.099	35.889	(37.988)	
Dividendos propostos					(3.987)		(3.987)
Em 31 de dezembro de 2013	235.259		(16.292)	3.066	40.331		262.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada.

A Companhia obteve a Licença de Operação - LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento renovando a Licença de Operação nº 514/2005 - 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 18/04/2018.

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- . Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- . Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética.
- . Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- . Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- . Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- . Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- . Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

2 Resumo das principais políticas contábeis
2.1 Base da preparação

As presentes demonstrações financeiras foram avaliadas e ratificadas pela diretoria em 28 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Não ocorreram movimentações em "Outros resultados abrangentes", dessa forma não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Ativos circulante e não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.

2.5 Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

Existem indicadores de "impairment", sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Companhia, lembrando sempre do contexto que se insere a Companhia, na modelagem do setor em que atua (Produtor independente - utilização de bem público). Por definição, em regime de concessão, mesmo sendo de utilização do bem público, o investimento terá que ser devidamente remunerado ao titular da concessão, seja através das condições atuais, ou seja, em uma eventual extensão do prazo de concessão se, ao fim do contrato, for verificado a existência de ativos não totalmente depreciados.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2.10 Diferido

O ativo diferido foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, optou por manter o saldo no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das negociações, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Debêntures

As debêntures são reconhecidas no momento inicial pelo custo amortizado. Posteriormente, são acrescidos encargos calculado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados e mantidos em valores originais e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17 Compromisso de outorga - Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.18 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.19 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	151	110
Banco do Brasil S.A. - Conta corrente	3.625	6
Banco do Brasil S.A. - Aplicação financeira (a)	12.269	12.779
	<u>16.045</u>	<u>12.895</u>

(a) As aplicações financeiras são Certificado de Depósito Bancário - CDB avaliados a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor de mercado, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata.

4 Contas a receber

	2013	2012
CEB Distribuição S.A.	53.567	10.380

Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de compra e venda de energia elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.

Em 2013 inclui receita de R\$ 42.351, de acordo com o decidido em reunião de Diretoria da ANEEL 35ª e 48ª de 2013, referente à correção do faturamento efetuado a menor em 2005/2006. Este valor será atualizado com aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, observando-se a base de dezembro de 2013 até setembro de 2014, sendo então auferido novo valor global principal da obrigação, que por sua vez, será recebido em 12 (doze) parcelas iguais.

5 Tributos
(a) Tributos a recuperar e diferido

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58	50
PIS e COFINS a recuperar (*)	1.698	708
Outros	44	44
	1.800	802
Circulante	(1.742)	(752)
Não Circulante	58	50

(*) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia - MRE)

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		63.437	20.252
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %		34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação - Despesa (Benefício)		21.569	6.885

Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva

Adições permanentes (i)	83	8.231
Despesas indedutíveis	187	55
Outras receitas (ii)	(13.866)	
Outros	(377)	(113)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	<u>7.596</u>	<u>15.058</u>

(i) Refere-se principalmente aos encargos da FIP - BRB.

(ii) Refere-se ao diferimento de impostos em face da não realização do recebimento da fatura de R\$42.351.

Exercício findo em 31 de dezembro

	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (i)	40.782	40.782
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	<u>13.866</u>	<u>13.866</u>

(i) Refere-se ao valor da fatura de R\$42.351, deduzido do valor do PIS/COFINS (R\$ 1.569).

(c) Obrigações Tributárias

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social - corrente	1.103	1.629
Imposto de renda e contribuição social - provisão (*)	13.874	13.874
PIS e COFINS provisão (*)	1.546	1.853
Outros	1.853	1.972
	<u>18.376</u>	<u>3.601</u>
Circulante	(1.799)	(2.326)
Não Circulante	16.577	1.275

(*) Refere-se ao diferimento de impostos em face da não realização do recebimento da fatura de R\$42.351.

6 Outros ativos

	2013	2012
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	1.128	2.052
Banco Bradesco - Garantia CCEE	679	1.607
Outros	1	3
	<u>1.808</u>	<u>3.662</u>

O valor de R\$ 679 refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

O valor de R\$ 1.128 refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento, ainda não concluídos ou submetidos à avaliação do órgão regulador ANEEL até 31.12.2013.

7 Imobilizado
(a) Composição

	2013	2012
Imobilizado em serviço - Usina		
Terenos	96.136	94.172
Reservatório, barragens e adutoras (i)	473.357	404.879
Máquinas e equipamentos (ii)	169.320	130.313
Veículos e embarcações	614	231
	(398)	
Imobilizado em serviço - Administração		
Computadores e periféricos	381	105
Móveis e utensílios	193	62
Outros	486	264
	(222)	(178)
	<u>740.487</u>	<u>627.704</u>
	(112.783)	(635.197)

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

(i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Companhia com a Serveng Civilsan S.A. foram praticados em condições usuais de mercado.

(ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.

(*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

(b) Movimentação

	2013	2012
Saldo inicial em 1º de janeiro	635.197	649.369
Aquisições	7.336	738
Baixas	(12)	(102)
Depreciação	(14.817)	(14.808)
	<u>627.704</u>	<u>635.197</u>

8 Intangível
(a) Composição

	2013	2012
Amortização acumulada		
Contrato de conexão (i)	744	655
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	8.219
	<u>13.609</u>	<u>8.874</u>
	(5.101)	(8.508)
	<u>8.</u>	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social
O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2012 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", totalizando um capital subscrito de R\$ 235.259 (2012 - R\$ 235.259).

(b) Direitos de ações
As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.
As ações preferenciais nominativas da Classe "A" não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe "A" participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e de ações ordinárias.
(c) Dividendos
A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Concessionária, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	41.975	5.194
Constituição de Reserva legal – 5%	(2.099)	(259)
Base de cálculos dos dividendos	39.876	4.935
Dividendos das ações PNA (R\$ 7,329 por lote de mil ações)	(2.362)	(292)
Dividendos das ações ON (R\$ 6,662 por lote de mil ações)	(1.625)	(201)
Reserva destinada para redução da conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" (d)	(11.850)	(4.442)
Retenção de Lucro	(24.039)	
Reservas	2013	2012
Reserva Legal	3.066	967
Reserva para Recompra de ações	16.292	4.442
Retenção de Lucro	24.039	
	43.397	5.409

A proposta é para o pagamento até o final do exercício de 2014, após a correspondente aprovação pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária e registro na Junta Comercial, sem atualização monetária.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial
O saldo de R\$ 16.292 é destinado para redução da conta devedora "Ajuste de Avaliação Patrimonial" tendo esta sido fruto de ajustes com a saída do FIP Corumbá.

15 Compromisso com outorga – Uso do bem público
A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 101 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

	2013	2012
Circulante	1.193	1.117
Não Circulante	25.258	24.762

16 Cobertura de seguros
A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2013, respectivamente, R\$ 505.000 (sendo R\$ 500.000 para danos materiais e R\$ 5.000 para lucros cessantes) e R\$ 204.000 para o limite máximo de indenização.

17 Provisão para causas judiciais
A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis/Trabalhistas	19	25	172	49
(b) Movimentação da provisão				
			2013	2012
Saldo inicial em 1º de janeiro			49	158
Baixas / Reversões			(82)	(109)
Outras constituições (reversões), líquidas			205	
Saldo final em 31 de dezembro			172	49

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2013, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

(c) Ação fiscal
A Companhia iniciou uma ação administrativa junto à Receita da Fazenda do Estado de Goiás, questionando os pagamentos do diferencial de ICMS já realizados, no entendimento que foram débitos inapropriados, não havendo reconhecimento contábil dessa contingência ativa. Ao proferir julgamento administrativo por maioria de votos e contrariando entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pleno do Conselho Administrativo Tributário (CAT) da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, manteve a atuação anteriormente lavrada em desfavor da Companhia. Diante de tal fato, a Companhia, em novembro de 2011, ajuizou Mandado de Segurança com vista a impedir o início de qualquer ação judicial que objetive discutir a legitimidade de tal débito, visto que o lançamento efetuado viola o Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE). Sendo assim, o juízo da Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiás, em Goiânia, indeferiu o Mandado de Segurança impetrado pela Companhia sob o argumento de que a matéria trazida para discussão desafiaria produção de prova. Não havendo alternativa, a Companhia em fevereiro de 2012, pediu a extinção do Mandado de Segurança anteriormente impetrado e ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal em desfavor do Estado de Goiás, sendo que no primeiro momento o Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual em Goiânia indeferiu a liminar vindicada pela Companhia sob o argumento de que não estava presente a plausibilidade do direito invocado. Informada com a decisão prefacial, a Companhia ingressou com Agravo de Instrumento questionando a decisão de 1º grau, obtendo êxito em seu desiderato, onde a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ao apreciar o mérito do recurso interposto pela Companhia reformou a decisão singular para suspender a exigibilidade do crédito tributário no valor de R\$ 2.474.005,32 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinco reais e trinta e dois centavos) e retirar o nome da Companhia da Dívida Ativa do Estado até final julgamento da ação. Atualmente, a ação aguarda conclusão ao juízo que proferirá a sentença, uma vez que não há provas à produzir em audiência de instrução e julgamento, pois se trata de julgamento que abarcará questões de direito vinculadas ao Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás.

(d) Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A. ("Serveng") requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009. Esse montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de, aproximadamente, R\$ 163.000. Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Companhia contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalcular os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais apresentaram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito, demanda esta que se encontra em fase de perícia técnica pelos peritos indicados pela Câmara de Arbitragem, a qual somente ao final dos trabalhos periciais julgará a causa. As partes ofertaram quesitos suplementares visando esclarecer alguns tópicos da perícia, onde os peritos apresentaram laudo complementar, com as respostas das indagações aduzadas pelos litigantes. Foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04.12.2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Companhia ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema "prescrição", em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Companhia ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos. Atualmente o feito aguarda impulso da Câmara de Arbitragem que deverá abrir prazo para que as partes ofertem razões finais.

Desta forma, tendo em vista a indefinição quanto aos valores e prazos, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo, e uma vez que não se trata ainda de assunto em âmbito judicial, a administração não constituiu provisão em face de eventuais desembolsos relacionados a esse evento, por considerar grande indefinição relacionada a essa demanda.

18 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica (*)	171.988	124.462
Liquidação Financeira – MRE (**)	(12.197)	186
Outras Receitas (***)	6.526	23.348
COFINS	(5.750)	(5.834)
PIS	(1.246)	(1.265)
Receita líquida	159.321	140.897

(*) Inclui R\$42.351 referentes à correção de faturamento, segundo determinação da ANEEL nas resoluções 35ª e 48ª de 2013

(**) As Liquidações financeiras do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE em 2013 foram bastante negativas dado ao maior despacho térmico (do sistema nacional pela falta de chuvas) e mudança regulatória feita pela ANEEL em Janeiro/2013 relacionada a sazonalização

(***) Operação de sazonalização de energia

19 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2013	2012
Custos operacionais gerais (a)	16.027	14.610
Custo de energia elétrica (b)	3.317	20.716
Custo de uso do sistema de distribuição	2.462	3.397
Custo de compensação financeira – CFURH	2.940	2.346
Custo com mão de obra própria	1.855	1.579
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.248	1.195
Custo de fiscalização regulatória	368	356
Depreciação e amortização	18.845	18.848
	47.062	63.047

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2013	2012
Meio ambiente	10.592	9.912
Serviços profissionais – pessoa jurídica	407	609
Manutenção de Barragem/Usina	1.326	690
Seguro – Usina	707	792
Manutenção de SE Linha de Transmissão	700	522
Preservação e segurança	542	468
Combustíveis e lubrificantes	138	187
Compra de terras		11
Outros	1.615	1.419
	16.027	14.610

(b) Custo de energia elétrica
Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2013 e 2012 se referem principalmente à compra de energia da empresa Delta Comercializadora, no contexto de uma estratégia de sazonalização da energia assegurada da Companhia. Contudo o valor de compra em 2013 foi menor que 2012 dado à redução da tarifa contratual. Esses custos, não obstante, carregam associada uma receita que gera ao final do ano o resultado positivo de R\$ 4.400 (2012 – R\$ 1.270).

20 Despesas operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2013	2012
Pessoal	4.300	3.523
Tributárias	44	89
Reversão (constituição)	(82)	(109)
Outras (a)	2.106	2.220
	6.368	5.723

(a) Outras

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2013	2012
Serviços profissionais – pessoa jurídica	343	464
Informática	302	197
Contribuições	61	153
Viagens	121	145
Legais/cartórios	62	140
Aluguéis de imóveis	128	121
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	46	51
Indenização de terras	40	17
Outros	884	813
	2.106	2.220

21 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2013	2012
Receitas		
Receitas sobre aplicações	975	776
Despesas		
Juros sobre financiamentos BNDES e Banco do Brasil	(19.042)	(22.811)
Despesas correção FIP (*)		(24.344)
Despesas correção/remuneração Debentures (*)	(20.985)	(2.367)
Despesas com financiamentos	(783)	(64)
Juros e atualização monetária com fornecedores	(111)	(504)
Despesas financeiras com Outorga	(1.764)	(1.299)
Outros	(74)	(1.284)
	(42.454)	(51.897)

(*) 2012: 10 meses de correção FIP e 2 meses de correção Debentures
2013: 12 meses de correção Debentures e sem correção FIP

22 Gestão de risco financeiro

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros
A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo, a única operação existente nessa linha é a atualização do saldo de conta reserva no Banco do Brasil S.A. (dado em obrigação de contrato de financiamento) onde este último remunera tal depósito via operação de swap contratado por este Banco.
Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e cesta de moedas e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Debêntures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debentures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGPM sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica).

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(f) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(g) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem 10% do total de seu contrato com o BNDES em moeda estrangeira. A avaliação da administração é que o risco de exposição pela mudança na taxa de câmbio é baixo.

(h) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

23 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

24 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos de P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDC - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	2013		2012	
Circulante		1.384		2.741
Não Circulante		860		749
		2.244		3.490

DIRETORIA		CONTADOR	
Marconi Melquíades de Araújo Diretor Presidente	Marcelo Siqueira Mendes Diretor Administrativo e Financeiro	Rejane Reis Salgado CRC MG-069601/O-4 T-DF	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
MARCELO DE SOUSA RIBEIRO	RODRIGO ALVES DE LIMA	MARIO AUGUSTO LIMA E SILVA	LAÍZE DE FREITAS
SANCLER HUNGRIA GUIMARÃES	RUBEM FONSECA FILHO	ROONEY DONIZETTI PUNTEL	WILLIAM TANNUS
			ANTONIO CARLOS REBOUÇAS LINS
CONSELHEIROS FISCAIS			
Antônio Ayrton Rossi	Frederico de Pina Álvares Filho	Israel Marcos da Costa Brandão	Mauro Rocha de Freitas
			Sérgio Padovan

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Corumbá Concessões S/A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013, bem como o Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 11 de março de 2014 e verificou a exatidão de todos os elementos apreciados. Manifesta-se favoravelmente às referidas demonstrações, entendendo que refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no exercício, recomendando à sua apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota 17(d) às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia está avaliando o mérito da solicitação de recomposição de valores associados a obras, efetuado pelo fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A., no montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 de, aproximadamente, R\$ 163.000 mil. Tendo em vista o estágio de apreciação